# MANUAL COLABORATIVO: APLICAÇÃO DO MAPEAMENTO PARTICIPATIVO-DIALÓGICO

**AUTORES**

Ana Laura Souza Vargas

André Duarte Massahud

Aniely Araujo Porto

Gabriel Brandão Xavier

**COORDENADORES**

Vangelis Pitidis

Fernanda Lima-Silva

Guilherme Prado de Abreu

Realizadores: Warwick, Universität Heidelberg, University of Glasgow, FGV EAESP

Apoiadores: Dados à Prova d'Água, Cemaden, TETO

Financiador: UKRI Economic and Social Research Council

ISBN: 978-1-911675-08-2

DOI: https://doi.org/10.31273/978-1-911675-08-2

# ÍNDICE

*"O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da existência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida." (SANTOS, 2007, p. 14).*

# APRESENTAÇÃO

O mapeamento participativo-dialógico consiste na co-produção participativa de dados geográficos por cidadãos, pesquisadores, poder público e demais interessados, ao provocar a reflexão crítica destes dados a partir de temas geradores. Com o intuito de construir uma prática pedagógica crítica e interativa, este método mapeia os espaços a partir de narrativas apresentadas durante a realização de dinâmicas colaborativas e coletivas que tem como finalidade a coleta dos dados gerados.

O mapeamento participativo-dialógico é um método de mapeamento pensado por pesquisadores do projeto Dados à Prova d'Água. O projeto foi idealizado pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP) em parceria com as universidades de Warwick e Glasglow (Reino Unido), Heidelberg (Alemanha), com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e com a ONG TETO Brasil. Como um método idealizado e sistematizado, tem como objetivo maior aflorar na comunidade um processo de conscientização da realidade, em que os dados geográficos tornam-se significativos, com real valor social e de transformação. Este mapeamento consiste em diversas etapas que mudam de acordo com a necessidade da comunidade. Em outras palavras, há uma interação dialógica dos pesquisadores com os cidadãos participantes do processo de mapeamento, na busca de situações que possam ser significativas, da definição de temas de interesse, sua sequência e articulação. Os temas geradores são seu principal ponto de partida, emergindo do saber popular, extraídos da prática de vida dos cidadãos, o que significa que os temas discutidos no mapeamento participativo-dialógico são definidos pela própria comunidade.

Entre abril e junho de 2022, os pesquisadores/as e assistentes de pesquisa do projeto internacional Dados à Prova d'Água realizaram o mapeamento participativo-dialógico em três estados brasileiros: Acre, Minas Gerais e São Paulo. As comunidades trabalhadas foram: bairro 06 de Agosto, em Rio Branco - AC, Ocupação Guarani Kaiowá, em Contagem - MG e comunidade do Cai Cai, em São Paulo - SP.

Este manual é dirigido para a comunidade acadêmica, para instituições de trabalho com cunho social e para órgãos autogestionados voltados para ação social direta, que buscam a construção coletiva de dados com as comunidades atuantes. Apresentam-se resumidamente as abordagens, metodologias e ferramentas que fizeram parte do mapeamento nos diferentes contextos urbanos, de modo a possibilitar a replicação desse método por diversas instâncias que trabalham com o coletivo a partir de uma análise crítica sobre o território.

# DINÂMICAS e FERRAMENTAS DO MAPEAMENTO PARTICIPATIVO-DIALÓGICO

## Conhecendo o território: práticas de mobilização comunitária

Para que o diagnóstico territorial traduza fidedignamente os dados coletados in loco nas diversas escalas de mapeamento, é essencial que haja participação comunitária ao longo de todo o processo. A etapa de mobilização comunitária consiste, portanto, em convocar vontades por um objetivo comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados (TORO; WERNECK, 1996).

Neste momento, o pesquisador se dedica a reconhecer o território no qual irá atuar. Em suas primeiras visitas ao local, espera-se que o pesquisador/a formule sua própria visão do território, de modo a: a) conhecer e avaliar as dimensões da pesquisa social e seu potencial de contribuição a um melhor atendimento das necessidades sociais; b) explorar, discutir e avaliar as diferentes estratégias da abordagem; c) refletir sobre o seu papel e as responsabilidades do pesquisador/a perante a sociedade e perante a comunidade acadêmica; e) conhecer as potencialidades da pesquisa-ação para o estudo e a prática de redução de riscos em desastres.

As caminhadas no território são fundamentais para que o pesquisador possa conhecer os moradores/as e convidá-los a compreender a ideia de mapeamento para possível realização de atividades futuras. Após o primeiro contato com o território, é interessante que o pesquisador/a busque conversar com pessoas influentes, lideranças políticas ou religiosas, moradores/as antigos e comerciantes. Os tópicos das conversas não precisam ser obrigatoriamente o mapeamento participativo-dialógico, mas situações cotidianas vividas por ambas as partes. A ideia é que com o passar do tempo, os cidadãos passem a ter mais confiança no pesquisador/a e se acostumem com a presença dele na sua área de vivência.

As estratégias para mobilização comunitária são inúmeras: aproximação de moradores/as a partir de instituições outras que já tenham atuado no território; entrega de panfletos e colagem de cartazes na comunidade; visita ao território em datas comemorativas e eventos festivos, tornando a interação social mais leve e fluida; uso dos espaços comuns e de encontro familiar para trocas e conversas informais. Esta ação de aproximação é fundamental para o desenvolvimento de mapeamentos coletivos mais ricos em informação e que apresentem as verdadeiras realidades relatadas pelos próprios moradores.

É importante ressaltar que a construção desta relação de confiança pode levar tempo, pois em algumas comunidades menos participativas faz-se necessário despertar tais vontades, o que pode ser uma tarefa argilosa em comunidades pouco engajadas em atividades coletivas. Realizar visitas rotineiras ao território (1 a 2 vezes por semana ou datas específicas, como todo sábado, por exemplo) e, em sua maioria, acompanhadas de lideranças conhecidas na comunidade, podem facilitar tais processos.

## Uso de mapas e a prática de mapeamento

Trazer os mapas à discussão comunitária como ferramenta, tanto na forma objetiva, da produção e coleta de dados geográficos, quanto na forma simbólica, como ferramenta de compreensão do espaço, é uma parte importante do método participativo-dialógico. É fato que, em alguns contextos comunitários, pouco se reflete sobre a função e o poder que eles têm para suscitar discussões sobre a realidade das pessoas, seus alcances e limitações.

Em seu significado técnico, o mapa é um produto cartográfico (a Cartografia é a ciência que estuda e confecciona os mapas). Mapa é uma representação gráfica, geralmente numa superfície plana e em determinada escala, das características naturais e artificiais, terrestres ou subterrâneas, ou, ainda, de outro planeta (OLIVEIRA, 1993). A necessidade de conhecer o território e grafar todos os elementos relevantes da atividade humana já vem de muito tempo, sendo que os mapas sempre nos acompanharam. O mapa é uma forma mais familiar de representar as informações geográficas. Toda informação passível de espacialização próxima à terra, ou seja, que tenha algum tipo de vínculo geográfico e que permita sua localização, pode ser uma informação geográfica. Este pode ser um ponto, um endereço, um território, uma rua, um ponto comercial.

A seguir, apresenta-se algumas sugestões de como trabalhar com mapas no contexto comunitário, que não devem ser necessariamente seguidas à risca, mas são uma orientação básica a ser avaliada pelo pesquisador/a no sentido de adequar estes procedimentos ao contexto comunitário.

## 1ª sugestão

### Começar a partir do espaço de vivência dos cidadãos

É mais razoável que o pesquisador/a parta do espaço vivência do cidadão, através de atividades que envolvam a representação gráfica do que com uma discussão pré estabelecida. Para tal, o pesquisador/a pode começar com exercícios práticos em uma escala espacial do tipo: desenhe a sua casa no mapa, o seu local de trabalho, sua escola, seu bairro, sua cidade, espaços que você gosta de frequentar, dentre outros. A ideia é fazer com que a exploração do conhecimento cartográfico se dê de forma participativa.

## 2ª sugestão

### Direcionar os temas

Um mapa mostra além da simples localização ou posição de um lugar, também permite descobrir, camada por camada, os aspectos da vida cultural, social, política e religiosa das pessoas. Em consequência disso, é sensato que o pesquisador/a direcione os temas levantados pela comunidade para um denominador comum. Isto não significa excluir do debate temas ”menos relevantes”, mas dialogar com os moradores/as para chegar a um ou mais temas centrais. Assim, se tornará mais fácil pensar em soluções conjuntas para o problema, seja ele qual for. O que se espera desse direcionamento é valorizar os conhecimentos prévios dos moradores/as, para posteriormente apresentá-los os conhecimentos temáticos, os quais enriquecerá aquilo que já sabem.

## 3ª sugestão

### Retomar constantemente

Quando os pesquisadores/as propõem e concebem o acesso/contato dos cidadãos com o mapa, o que se está buscando é o empoderamento da comunidade por meio desta ferramenta. Para que isso seja possível, é necessário que o pesquisador/a esteja constantemente disposto a disponibilizar o instrumental técnico e científico para que as comunidades se apropriem dessa linguagem, possam expressar suas territorialidades, os seus usos e também seus conflitos. É por isso que a continuidade é uma das propriedades mais importantes do mapeamento participativo-dialógico.

## Entendendo as demandas e os problemas

Diante ao sistema tecnicista, a proposição de planos e projetos padrões produzidos por aqueles que detém do saber técnico formal se tornaram cada vez mais usuais. Estes planos, em sua maioria, são aplicados sem que houvesse um diálogo anterior com a sociedade civil, principalmente com aqueles que não se inserem nas esferas de produção do conhecimento técnico, demonstrando que estes projetos são aplicados sem que haja um processo participativo.

Entender a realidade, as demandas e as proposições dos cidadãos que enfrentam cotidianamente os problemas do território em que estão inseridos é essencial para que estes projetos apresentem soluções concretas e duradouras. A metodologia de aplicação do mapeamento participativo-dialógico reconhece a essencialidade da participação da sociedade em todos os processos, para que as informações produzidas e difundidas nos mapas estejam de acordo com a realidade e possibilitem a busca de soluções alinhadas às demandas e aos problemas apresentados. É tarefa do/a pesquisador/a de campo procurar compreender os problemas e trabalhar em torno dos mesmos durante todo o processo. Nesse sentido, este manual aborda as ferramentas de trabalho utilizadas no método de mapeamento participativo-dialógico, dando enfoque ao **MAPEAMENTO AFETIVO.**

Foto: Acervo Equipe Acre.

## Ferramenta de trabalho

Para realizar o diagnóstico das demandas e dos problemas identificados, é necessário recorrer a ferramentas de trabalho adequadas para o desenvolvimento de mapas que traduzam fidedignamente a realidade do território. Neste manual, trazemos a ferramenta do mapeamento afetivo como ponto crucial para aplicação da metodologia de mapeamento participativo-dialógico.

É importante ressaltar que as etapas descritas a seguir são dinâmicas possíveis para aplicação do mapeamento afetivo e não necessariamente precisam ser aplicadas em ordem cronológica. Os pesquisadores devem utilizar as ferramentas de mapeamento adaptando-as às realidades específicas de cada território trabalhado, de modo a compreender o horizonte de possibilidades da ação prática em campo.

Foto: Acervo Equipe Acre.

# MAPEAMENTO AFETIVO

O mapeamento afetivo é uma metodologia de mapeamento que consiste na abordagem das impressões, sentimentos, histórias, experiências pessoais, potenciais e fragilidades dos cidadãos em relação ao território onde vivem. Ao acessar esse tipo de informação por meio do trabalho coletivo e afetivo entre os mapeadores e os moradores/as do território, esse tipo de mapeamento visa traduzir nos mapas um outro olhar sobre os problemas da cidade, a partir das experiências daqueles que os vivem cotidianamente. Ao invés de enxergar os aspectos e dinâmicas urbanas de modo mecânico, se trata de descobrir quem são as pessoas atravessadas pelo problema, quais são as histórias e potências daquele espaço.

Usualmente, a palavra mapeamento pode ser utilizada para várias situações que não se traduzem exatamente em representações cartográficas tradicionais (mapas geológicos, por exemplo). Ela pode exercer diversas funcionalidades que se remetem a mapeamentos, logo, observa-se que os mapas não são estruturas cartográficas fixas, pois são gerados pela dinâmica espacial das pessoas no mundo.

Segundo o coletivo ***Iconoclasistas,*** o mapeamento coletivo é um processo de criação que subverte o lugar de enunciação para desafiar os relatos dominantes sobre os territórios, a partir dos saberes e experiências cotidianos dos participantes (2013, p. 12, tradução nossa). O mapeamento afetivo, que é também participativo, parte da ideia central de nortear os pesquisadores sobre a realidade de vivência dos moradores da comunidade estudada. É a partir das informações prestadas pelos cidadãos que delineia-se um ponto de partida ou tema gerador. É também no mapeamento afetivo que o morador tem seu "primeiro" contato com o mapa.

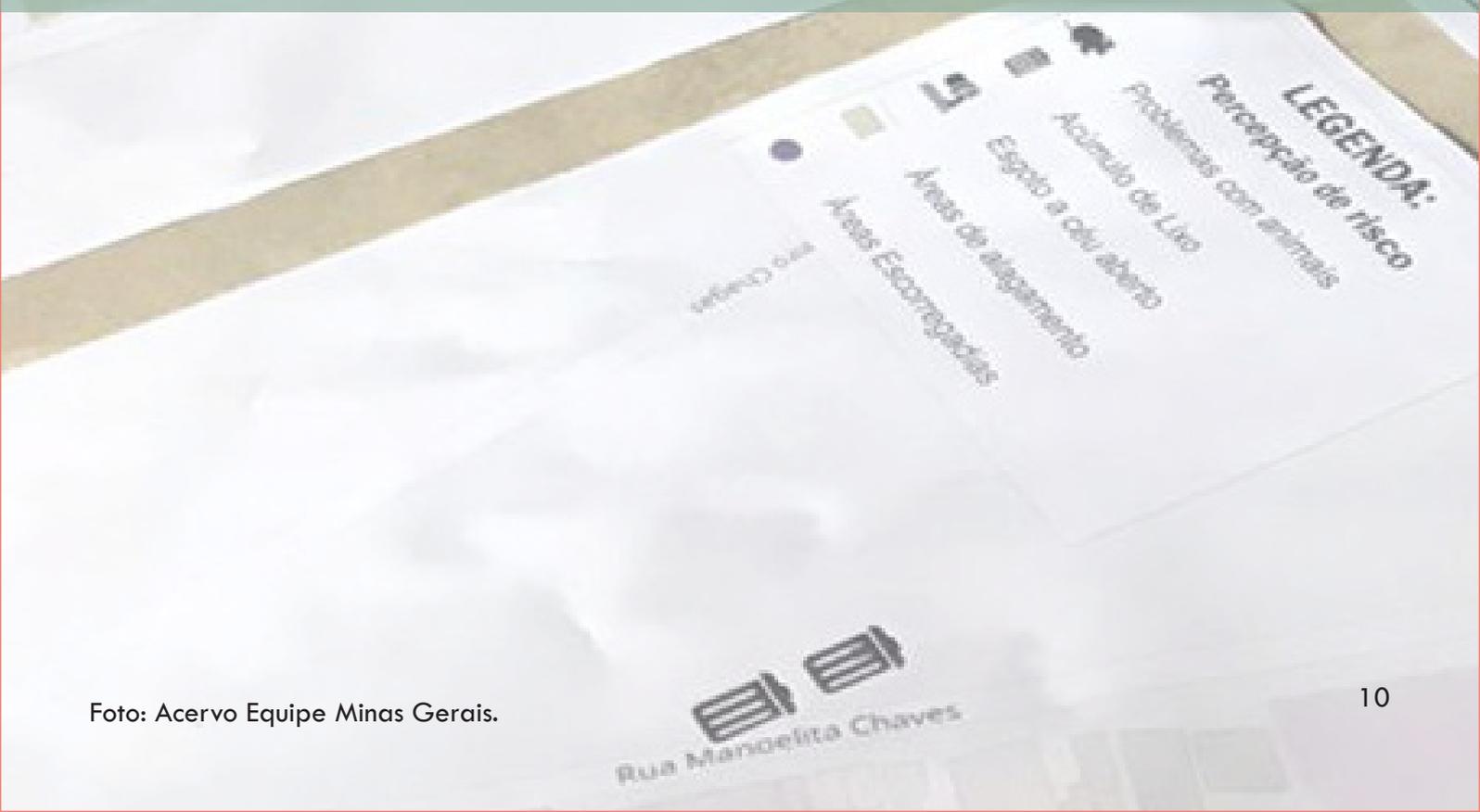
Observa-se que o uso do mapa não é uma obrigação, mas é importante pois é uma forma de comunicação, uma maneira que as pessoas têm de expressar e compartilhar informações de forma espacial.

Para realizar esta etapa é bastante simples. Após os pesquisadores já terem realizado a caminhada na comunidade, conhecido o território e seus problemas, conversado com pessoas influentes, lideranças, moradores antigos e comerciantes, já é possível a partir deste ponto marcar uma reunião presencial com eles em um espaço físico, normalmente utilizado pelos mesmos (pode ser em uma igreja, escola, associação de moradores ou praça pública).

A dinâmica da conversa pode ser feita de várias formas, uma delas é por intermédio das perguntas geradoras/norteadoras: Você costuma sair de casa? Qual local você frequenta ao entardecer? Existe algum problema que possa ser melhorado neste local? Por meio das perguntas geradores o pesquisador chega a uma ideia central que se ramifica para outras ideias secundárias. Para estimular que todos exponham seus pontos de vista, é preciso criar um ambiente descontraído e livre de formalidades. Isso é possível por meio de uma escuta atenta, validando e mostrando interesse em todas as opiniões expostas, para deixar claro que não há resposta certa ou errada. Eventualmente, o pesquisador convida os participantes a anotarem suas ideias de potencialidade ou de melhoria em um mapa físico previamente impresso. Para isto ser feito, é importante que todo esse processo seja contextualizado e aborde características do território, cultura, repertório e interesses da comunidade.

Através do **mapeamento afetivo**, é possível identificar e coletar informações relevantes sobre um determinado assunto ou realidade, tornando possível analisar a situação em diferentes perspectivas e explorar vários caminhos e soluções. Esta atividade instiga os moradores a relatar os problemas enfrentados, mas também os projetos e sonhos que idealizam para a comunidade.

O **mapeamento afetivo** permite que diversas dinâmicas sejam aplicadas para uma coleta de dados rica em informações e detalhes. Apresentaremos algumas das dinâmicas e ferramentas possíveis nos tópicos a seguir.

Foto: Acervo Equipe Minas Gerais.

## Rotas de caminhada

Realizar uma caminhada pela comunidade pode parecer uma tarefa simples, sem muito retorno, mas seus desdobramentos podem ser inúmeros. Para esta atividade, é necessário traçar, junto a um ou mais moradores/as, uma rota a ser seguida. Cada um dos mapeadores deve caminhar com um mapa em mãos e realizar as anotações que considerem mais relevantes, utilizando ícones como recurso visual para facilitar a identificação dos espaços e interpretação futura. As informações coletadas podem ser tanto geográficas quanto físico-afetivas, como os nomes das ruas, o comércio, a localização da vegetação e nascentes, a declividade, bem como as áreas de alagamento e enchente, os pontos de encontro da comunidade e os espaços onde há concentração de lixo. É importante também realizar registros fotográficos ao longo da caminhada, desde que os moradores/as estejam de acordo.

Abordar adultos, crianças e idosos ao longo do caminho, perguntar sobre referenciais, indagar e questionar podem ser estratégias tanto de mobilização quanto do próprio mapeamento, em busca de dados que envolvam as opiniões de diversos moradores/as. Individualmente, os pesquisadores/as também devem procurar compreender os fluxos nos diversos espaços cruzados, pois estes podem representar áreas significativas para a comunidade.

Esta atividade tem como objetivo coletar dados geográficos e físico-afetivos do terreno, além de possibilitar a mobilização de moradores ao longo do percurso, em específico aqueles que se interessam pela participação pontual, contribuindo com informações específicas. Possibilita uma forma de interação alternativa com os moradores, em que não necessariamente precisam estar presentes em encontros coletivos como rodas de conversa e oficinas para contribuir com as informações, mas voluntariamente participam do processo de mapeamento.

"As rotas de caminhada, os horários e os meios de realizá-las devem ser acordados coletivamente. Os participantes devem sair com pequenos mapas da área e abordar os vizinhos para fazer perguntas ou tirar dúvidas, pedir sua opinião sobre determinados assuntos, ou simplesmente convidá-los a apontar algum problema no local. Estas informações devem ser complementadas com dados de todos os sentidos (olfato, visão, paladar, tato, etc). Enquanto um grupo faz anotações e entrevistas, outro tira fotos de situações ou momentos significativos. Isso permite revelar a camada histórica da área, completar o registro incorporando a temporalidade e tornar mais complexas as representações sobre o lugar para melhor compreender suas particularidades atuais."

(ICONOCLASISTAS, 2013, p. 22, tradução nossa).

## Rodas de conversa

As rodas de conversas tem como objetivo proporcionar o diálogo coletivo e participativo com os moradores/as da comunidade. São fundamentais para o engajamento da comunidade com as atividades propostas de modo a normalizá-las cada vez mais, tornando possível as aproximações dos moradores/as entre si e com os pesquisadores/as.

A dinâmica consiste em conversas informais, duradouras ou não, carregadas de reflexões críticas em torno de suas falas. Ao longo dos encontros, as rodas de conversa podem se tornar um meio de análise profunda dos problemas elencados, reconhecendo as causas que os geram, bem como seus efeitos e consequências. A partir disso, a atividade também possibilita pensar em um objetivo para resolver os problemas, elencando atividades a serem desenvolvidas e possíveis resultados. As rodas de conversa se estabelecem por meio de mediações e provocações. A ideia é entender a essência dos problemas e possíveis soluções de forma coletiva.

## Mapeamento de melhorias

O mapeamento de melhorias visa identificar os problemas enfrentados pelos moradores. Essa dinâmica propõe reunir os cidadãos para direcionar e espacializar os problemas da comunidade apontados por eles. Em seguida, é possível trabalhar as possíveis soluções para os problemas, de modo a possibilitar uma dinâmica não apenas consultiva mas também deliberativa, em que os moradores/as apontam os problemas e participam também da formulação de soluções para os mesmos. Para a realização desta atividade, sugerem-se duas dinâmicas distintas.

Na dinâmica dos **"três mapas"**, utiliza-se três mapas impressos da área com objetivos direcionados, cada um para um problema diferente. Exemplo: o primeiro mapa para pontos de lixo e esgoto, o segundo para ruas atingidas pelas alagações e o terceiro para desbarrancamento. O fornecimento dos mapas previamente preenchidos tem como objetivo a validação dos dados por parte dos moradores, para além da inserção de novos locais indicados por eles.

Outra ferramenta possível é a **"árvore de soluções e problemas"**. Os pesquisadores/as devem desenhar uma árvores e pedir para que os moradores/as preencham os espaços em branco ao redor da árvore, puxando linhas. As linhas do lado esquerdo partem: 1. do caule, que identifica os problemas centrais; 2. da raiz, que incita as causas do problema; 3. das folhas, explicando os efeitos e as consequências do problema; e, do lado direito: 4. do caule, expondo objetivo para solucionar o problema; 5. da raiz, propondo atividades para concretização da solução; 5. do topo, expondo os possíveis resultados.

Ao final de ambas as dinâmicas, os moradores apresentam os problemas enfrentados e as possíveis melhorias para a comunidade que cessem tais problemas, que podem se referir tanto a aspectos físicos do território (saneamento básico, redes de água e esgoto, lixo, iluminação), quanto socio-econômicos (violência, segurança, emprego para mães solo).

## Mapeamento de potencialidades

O mapeamento de potencialidades é voltado, como o próprio nome diz, para as potencialidades do território. O objetivo é expandir o debate com a comunidade para além dos problemas e incentivá-los a identificar as potências do território. Desse modo, os moradores podem apresentar para o grupo espaços físicos e outras questões de afetos positivos que possuem com o território e com a vida cotidiana na comunidade, de forma a trabalhar com a ideia de ***identidade*** e ***representatividade***. Esta é uma forma de mobilizá-los a pensar em melhorias e trabalhar em torno dos problemas enfrentados, por possuírem também afetos positivos com o espaço em que vivem. Nesse momento os pesquisadores/as devem, portanto, incentivar os moradores/as a identificar e marcar no mapa o que eles consideram que o bairro apresenta de potencial, seja ele material ou imaterial.

Foto: Acervo Equipe Minas Gerais.

# MAPAS TÉCNICOS

Ainda que os mapas produzidos pela comunidade contenham todas as informações relevantes para o seu próprio contexto, quando fala-se em ampla utilização desses produtos, e para a disponibilização deles para o poder público, é adequado o conhecimento do pesquisador/a dos principais fundamentos de um mapa técnico, como o título, a escala, a orientação, a legenda e as projeções cartográficas. Para produzir um mapa técnico pode ser que seja necessário o uso de ferramentas que permitam a visualização, edição e análise de dados georreferenciados, como o QGIS. Para conseguir os dados georreferenciados, seja qual for: ruas que inundam, casas, edifícios comerciais, locais de acúmulo de lixo, uma sugestão é a utilização do Kobo ToolBox. Esta ferramenta colaborativa é bastante usada na coleta de dados de campo em ambientes desafiadores, como locais remotos e de difícil acesso ou locais sem conexão com a internet.

## Enriquecimento dos mapas

O enriquecimento do mapa é uma parte importante do trabalho de mapeamento participativo-dialógico, podendo ser realizada a qualquer momento. Esta é uma atividade que objetiva melhorar a qualidade do mapa da comunidade. Ao observar o mapa da comunidade no OpenStreetMap, nota-se que algumas feições ou informações geográficas do mundo real podem estar ausentes no mapa. Essa falta de dados pode dificultar, principalmente, a localização espacial dos moradores da área de estudo, devido a não identificação de pontos de referência, como por exemplo lojas, lanchonetes, praças e monumentos históricos. Dessa forma, os moradores/as podem enfrentar dificuldades para explicar corretamente onde moram, se a pessoa reside numa rua sem nome oficial registrado.

Para realizar esta atividade, inicialmente, as equipes devem se reunir para organizar o material e discutir as estratégias para fazer o enriquecimento do mapa. Posteriormente, sugere-se que se dividam em duas ou mais equipes, em que cada dupla fique responsável por ruas e travessias diferentes. Eventualmente estas duplas devem se reunir novamente em grupo para novo alinhamento e divisão de área. Individualmente, cada membro é responsável por anotar pontos de referência, comércios e edificações importantes do bairro do lado esquerdo ou direito da rua, de acordo com a divisão de tarefas. Para desenvolvimento dessa etapa é possível utilizar a ferramenta *FieldPapers,* que permite aos usuários delimitar a área de estudo e imprimir o mapa base em formato de papel A3 - é importante destacar que os mapas gerados no *FieldPapers* vem com um QR Code na parte inferior da página, este código de barra permite que o *FieldPapers*determine a localização exata do mapa que está sendo usado para o levantamento. Após uso do papel do *FieldPapers* para escritas à mão, é possível baixá-lo no site e usá-lo como “máscara” no mapa virtual, de modo a transpor as informações do primeiro para o segundo.

# Devolutivas

Tradicionalmente, as devolutivas são um momento no qual, ao final do estudo, os pesquisadores/as "devolvem" ou "retornam" ao campo investigado um conjunto de resultados obtidos e os produtos. Os dados levantados pelos cidadãos e os mapas produzidos nas atividades práticas descritas anteriormente são de grande importância técnico-científica, pois carregam consigo informações valiosas sobre o território. Por esse motivo, no mapeamento participativo-dialógico, as práticas devolutivas exercem um papel central, não como mera formalidade ou uma "obrigação" burocrático-moral, mas assumem um papel de compartilhar e dar ainda mais visibilidade ao conhecimento que já vem dos cidadãos. Isto sinaliza que houve um cuidado dos pesquisadores/as nas relações interpessoais com os participantes da pesquisa e na construção de uma dimensão coletiva.

Há diversas possibilidades de trabalhar as devolutivas, entre elas sugere-se: exposições artísticas dos mapas em espaços públicos mostrando o antes e depois do mapeamento; diálogos individuais; rodas de conversas com moradores/as sobre resultados; produtos alcançados e projetos futuros que garantam continuidade do mapeamento; divulgação ampla em portais de notícias e redes sociais para toda a população atingida; produção de cartazes para afixar nos murais coletivos e atividades festivas de confraternização.

Foto: Acervo Equipe Acre.

Foto: Acervo Equipe Acre.

A partir do suporte gráfico e visual, os mapas produzidos na aplicação da metodologia participativa-dialógica dão visibilidade às problemáticas mais urgentes do território, identificadas pelas vítimas diretas. Permitem a reflexão e a conexão com temáticas outras, sinalizando a consequência da perpetuação de tais problemas.

É fundamental compreender que os mapas são ferramentas potentes para as comunidades, mas são apenas uma ferramenta. Sua elaboração está inserida em um processo de organização e articulação coletiva, que facilita o diagnóstico do território e a preparação de projetos comprometidos com o engajamento e a participação comunitária ao longo do tempo (ICONOCLASISTAS, 2013). Mais importante que o resultado em si, é o processo metodológico do mapeamento participativo-dialógico, capaz de tecer redes de solidariedade e afeto e possibilitar a aproximação dos métodos acadêmicos com a realidade prática, promovendo um intercâmbio de saberes.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ICONOCLASISTAS. Manual de mapeamento coletivo: recursos cartográficos críticos para processos territoriais de criação colaborativa. ICONOCLASTAS. Novembro de 2013.

OLIVEIRA, Cêurio. Dicionário Cartográfico. 4. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

SANTOS, M. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

TORO A., Jose Bernardo & WERNECK, Nísia Maria Duarte. Mobilização Social: Um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.